

CORREIO DE CAMPINAS

Álvaro Jr./ Câmara Municipal de Campinas



Plenário durante a 33ª Reunião Ordinária

Câmara não deve sediar evento de órgão que a fiscaliza

A decisão da Câmara de sediar, por meio da Escola do Legislativo, o 1º Seminário Paulista de Ouvidoria e Controle Social no Plenário é uma iniciativa que merece reflexão cuidadosa. O evento institucionaliza uma proximidade inadequada entre o Legislativo e o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo TCE-SP, órgão responsável pela fiscalização da Câmara. Embora o aprimoramento de serviços públicos e o debate sobre o atendimento humanizado sejam pautas legítimas para a sociedade, a independência entre os poderes e as instituições fiscalizadoras deve ser preservada em sua totalidade absoluta. Cortesia institucional e gentilezas administrativas não cabem.

Independência é necessária

O distanciamento rigoroso garante a isenção necessária para o controle externo das contas públicas. O encontro debaterá estruturas das ouvidorias, e, justamente, por mais este motivo, o formato de colaboração mútua entre a Câmara e o TCE confunde as atribuições republicanas ao misturar fiscalizados e fiscalizadores sob o mesmo teto.

Câmara Municipal de Campinas



Reivindicação é de Haddad e Monteiro

Ampliação da Campanha do Agasalho

Os vereadores Paulo Haddad (PSD-SP) e Permínio Monteiro (PSB-SP) solicitaram à Prefeitura a ampliação da Campanha do Agasalho 2026. A proposta é receber roupas e mantas para animais de estimação nos pontos de arrecadação existentes e distribuí-los para pets da população vulnerável, incluindo moradores em situação de rua. Haddad ressalta o vínculo entre tutores e pets, além do sofrimento compartilhado do frio. Já Monteiro cita o exemplo de Valinhos, com ação semelhante.

Auxílio aos animais

A ideia é aproveitar os mais de 100 postos de coleta ativos até julho, sem gerar novos custos ou necessidade de infraestrutura ao município. Os itens seriam triados e entregues por vias governamentais ou por ONGs da causa animal, inclusive com as doações voltadas aos pets de famílias de baixa renda.

PINGA-FOGO

Foco incorreto

A Câmara vota nesta segunda-feira (8) um projeto de lei proposto pela Prefeitura que amplia a validade da Licença Sanitária municipal de um para três anos. Também disciplina a inspeção, regulamenta a atualização cadastral e revoga leis em vigor. O Executivo afirma que a medida moderniza e desburocratiza o licenciamento.

Na prática, a teoria...

Segundo o documento, a justificativa do Palácio dos Jequitibás é que a ampliação da validade reduzirá custos administrativos para os estabelecimentos sem comprometer a fiscalização, simplificando processos e dando segurança jurídica para os empreendedores locais. Diz ainda que seguirá com inspeções periódicas.

... é outra

O argumento da desburocratização administrativa falha ao fragilizar o controle sobre a higiene. Há aspectos burocráticos que podem e devem ser simplificados na gestão pública, mas eles não são, definitivamente, os relativos aos da saúde, sobretudo em relação ao asseio e boas práticas cotidianas, comumente ignoradas.

Público e notório

Flexibilizar a documentação sanitária abre uma brecha perigosa para a negligência. A manutenção rigorosa das condições de higiene exige proximidade fiscalizatória constante, algo que o distanciamento de um prazo trienal certamente enfraquecerá. Não à toa, as constantes reportagens veiculadas pela imprensa mostram a quantidade de descumprimentos da lei vigente.

Riscos à mesa

O município erra ao priorizar a economia de recursos dos comerciantes em detrimento da segurança alimentar e do bem-estar coletivo. A saúde pública é um direito inegociável, e a rigidez do licenciamento anual atua como um selo indispensável de garantia e de tranquilidade para os consumidores locais.

Rigor necessário

Se estabelecimentos cumprirem as regras sanitárias, não haveria nem a necessidade de certificação. Deste modo, não se pode deixar nas mãos dos comerciantes uma prerrogativa que é dever do Estado assegurar. As leis não devem ser mais brandas. Devem ser cumpridas.



É investigado por supostamente ter cometido corrupção

Após ação do MP, CP mantém cronograma

Vini será notificado pela Câmara a partir desta segunda-feira (8)

Por Raquel Valli

A Câmara de Campinas decidiu manter o prazo anunciado pela presidência da Comissão Processante para notificar o vereador Vini Oliveira (Cidadania-SP) a respeito da abertura da CP.

Irá fazê-lo na semana que vem devido às condições de saúde do parlamentar, que está internado no Hospital da PUC-Campinas desde domingo (31). De qualquer forma, o colegiado reiterou na quinta-feira (4) que não irá esperar pela alta médica - já que pode ser prorrogada indefinidamente. "A operação do Ministério Público (de São Paulo) e da Polícia Civil (realizada na manhã de quinta) é importante e reforça a seriedade dos fatos que levaram a Câmara a abrir a Comissão para investigar a conduta do vereador. A CP acompanha com atenção o desenrolar da operação e reitera que seguirá seu trabalho com rigor e transparência", declara o vereador Paulo Haddad (PSD-SP), presidente da comissão.

Operação

A Polícia Civil e o MP cumpriram 11 mandados de busca e apreensão em Campinas, incluindo a casa de Vini, o gabinete dele na Câmara e o hospital, além da sede da empresa em Paulínia, onde ocorreu a reunião em que o vereador foi flagrado com malote suspeito. A investigação apura o possível recebimento de vanta-

gens indevidas.

Foram apreendidos os celulares de Vini, do chefe de gabinete dele, Marco Castiglieri, do empresário Emerson de Jesus, da empresa de ônibus Smile, e do filho do executivo. Foram confiscados ainda R\$ 30 mil em espécie na viação, R\$ 4 mil na casa do assessor parlamentar, além de documentos e pen drives.

Relembre

O inquérito começou após a divulgação de imagens de câmeras de segurança de uma reunião ocorrida em 1º de abril na sede da Smile Transportes, em Paulínia. No vídeo, envelopes são colocados em uma caixa, que é entregue a um acompanhante do vereador.

A Smile Transportes integra o Consórcio Grande Campinas, vencedor do Lote Norte da nova licitação do transporte público de Campinas. Atualmente, não opera os ônibus municipais, e o certame em si não é o foco da investigação.

O outro lado

Em nota à imprensa, a viação informou que "está prestando todos os esclarecimentos, disponibilizando informações necessárias às autoridades competentes e colaborando integralmente com as investigações para que os fatos sejam devidamente apurados". Ainda de acordo com o comunicado, "a empresa reafirma a plena confiança na Justiça".